

PROCEDIMENTO: ADCM 1/2021

Ajuste direto, para a prestação de serviços de manutenção de software referente a diversas aplicações informáticas, durante o ano 2021

CADERNO DE ENCARGOS



Caderno de encargos

Prestação de serviços de manutenção de software referente a diversas aplicações, durante o ano 2021

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do presente procedimento que tem por objeto principal a contratação de uma prestação de serviços para a manutenção de software referente a diversas aplicações, durante o ano de 2021.

Artigo 2º

Contrato

- 2.1. O contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.
- 2.2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 2.3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 2.4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2.2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CPP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 3º

Prazo de Execução Contratual

A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato, vigorará durante o ano de 2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

CAPITULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Artigo 4º

Obrigações principais

4.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato o prestador de serviços deverá ser responsável pela manutenção do software correspondente às seguintes aplicações:

- a) GCP – Gestão da Contratação Pública;
- b) GES – Gestão de Stocks;
- c) OAD – Obras por Administração Direta;
- d) SAD – Sistema de Avaliação de Desempenho;
- e) SBA – Sistema de Beneficiários da ADSE;
- f) SNC – Sistema de Normalização Contabilística;
- g) SCE – Sistema de Controlo de Empreitadas;
- h) SEF – Sistema de Execuções Fiscais;
- i) SGF – Sistema de Gestão de Faturação;
- j) SGP – Gestão de Pessoal;
- k) SNT – Sistema de Normalização de Tesouraria;
- l) SNP – Sistema de Normalização de Património;
- m) SPO – Sistema de Processos de Obras;
- n) STA – Sistema de Tratamento de Atas;
- o) TAX – Máquinas de Diversão;
- p) TAX – Gestão de Cemitérios;
- q) TAX – Guias de Receitas Gerais;
- r) TAX – Gestão de Habitação;
- s) TAX – Gestão de Mercados;

- t) TAX – Gestão de Publicidade;
- u) M.LIC.AIRC – Manutenção Licenciamento Base de dados AIRC
- v) Mynet SOL (P)
- w) MyDoc BPM + Mobile (P)
- x) Mynet BU

4.2. A manutenção deverá englobar:

- a) As alterações a efetuar resultantes de imperativos legais;
- b) A instalação de novas versões de software;
- c) A substituição dos manuais do utilizador sempre que tal se justifique;
- d) A prestação de esclarecimentos ao Município de Albergaria a Velha resultantes de dúvidas de funcionamento do software;
- e) Resolução de problemas resultantes de deficiente funcionamento de software.

4.3. As obrigações contratuais referidas nos dois pontos anteriores deverão aplicar-se no caso da aquisição de novas aplicações.

4.4. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 5º

Dever de sigilo

5.1. O prestador de serviços e os seus trabalhadores e colaboradores devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao primeiro outorgante, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, não podendo transmiti-las a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

5.2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5.3. O prestador de serviços obriga-se a cumprir, a todo o momento, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designadamente, quanto à proibição de divulgação, armazenamento, quanto ao

tratamento dos dados decorrentes da execução do contrato, etc., com o intuito de proteger a informação dos titulares dos dados objeto do dever de sigilo.

Secção II

Obrigações do Município de Albergaria-a-Velha

Artigo 6º

Preço contratual

6.1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Albergaria-a-Velha deve pagar, ao prestador de serviços, o preço constante da proposta adjudicada, não podendo o mesmo exceder o montante de **21.299,00€** (parâmetro base do preço contratual), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

6.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Artigo 7º

Condições de Pagamento

7.1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos dos artigos anteriores, devem ser pagos no prazo de 60 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

7.2. Em caso de discordância por parte do Município de Albergaria-a-Velha, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de novo documento corrigido.

Artigo 8º

Obrigatoriedade de Faturação Eletrónica

8.1. De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, a partir do dia 18 de abril de 2020 o Município de Albergaria a Velha fica obrigado a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, na redação atual.

8.2. Até 17 de abril de 2020, o fornecedor pode utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos pelo artigo 299.º-B do Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, tornando-se obrigatória a sua utilização a partir desse momento, sem prejuízo do nº 4.

8.3. O prazo estabelecido pelo número anterior é alargado para 31 de dezembro de 2020 no caso de micro, pequenas e médias empresas definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.

8.4. O município de Albergaria a Velha poderá antecipar os prazos legais de receção de faturas eletrónicas. Através de comunicação formal via e-mail, pelo que o fornecedor deverá cumprir com os prazos definidos.

8.5. O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pelo Município de Albergaria a Velha é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), sendo que as faturas eletrónicas deverão ser enviadas através da interligação dos seus softwares de faturação com a Rede Saphety ou outra, ou em alternativa, através do acesso ao Portal SaphetyDoc.

8.6. A Saphety dispõe de uma linha de apoio aos fornecedores da Administração Pública, com vista ao esclarecimento de questões relativas à faturação eletrónica, através do e-mail fornecedores.saphetygov@saphety.com ou do telefone 210174065 (dias úteis 9h-13h e 14h-18h)

CAPITULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Artigo 9º

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, com exceção de casos fortuitos e de força maior, o Município de Albergaria-a-Velha pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 5% do valor da prestação por cada dia de atraso, até ao limite de 20%, sobre a fatura respeitante.

Artigo 10º

Casos fortuitos ou de força maior

10.1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior for impedida de cumprir as obrigações contratualmente assumidas.

10.2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.

10.3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

10.4. Os casos fortuitos ou de força maior determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daí resultante.

Artigo 11º

Resolução por parte do contraente público

10.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Albergaria-a-Velha pode resolver o contrato, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 8º do presente caderno de encargos, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, em caso de atraso, total ou parcial, na conclusão dos serviços objeto do contrato.

10.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

10.3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao município, nos termos gerais de direito.

Artigo 12º

Resolução por parte do prestador de serviços

11.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando o montante que lhe seja devido não lhe seja pago.

11.2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos do artigo 13º.

CAPITULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 13º

Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, ou o que lhe vier a suceder nessa competência, renunciando o adjudicatário, ao foro de qualquer outra Comarca.

Artigo 14º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15º

Comunicações e notificações

14.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

14.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 16º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 17º

Legislação aplicável

Código dos Contratos Públicos, na redação atual e demais legislação aplicável, tendo em conta natureza do objeto a contratar.

Albergaria-a-Velha, 5 de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,



Digitally signed by António
Augusto Amaral Loureiro e
Santos
Date: 2021.02.08 17:38:53
+00:00
Location: Portugal

António Augusto Amaral Loureiro e Santos